

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 1

**ACÓRDÃO Nº1006/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12789/2022.**
- 2- **Assunto:** Consulta.
- 3- **Objeto:** Consulta acerca da aplicação da Lei Municipal nº 3080 de 25 de abril de 2022, aprovada pela Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, que estabelece subsídios dos vereadores para a legislatura de 2022/2024.
- 4- **Partes:** Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos.
- 5- **Advogado:** Não possui.
- 6- **Unidade Técnica:** CONSULTEC.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3309/2022-DIMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

**EMENTA:** Consulta.

*Conhecimento. Resposta. Ciência. Arquivamento.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art. 5º, inciso XXIII, art. 11, inciso IV, alínea “f”, art. 274, art. 275 e art. 278, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Conhecer** da Consulta formulada pelo **Sr. Silvano Menezes Rodrigues**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, por meio do qual solicita manifestação desta Egrégia Corte de Contas acerca da Lei Municipal nº 308 de 25 de abril de 2022, que fixa o subsídio dos vereadores da Câmara de Boa Vista do Ramos, para a legislatura de 2022/2024, por preencher os requisitos do art. 274, inciso IV e §2º da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;
- 9.2. **Responder** à Consulta formulada, da seguinte forma:
  - 9.2.1. Com base nos dispositivos legais, máxime as Constituições Federal e Estadual em vigor, a fixação de subsídios por meio de Lei Orgânica Municipal dentro da mesma legislatura, ou ainda no mesmo ano em que a lei foi aprovada, é vedada. Devendo ser considerada e respeitada a prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.
- 9.3. **Dar ciência** ao **Sr. Silvano Menezes Rodrigues**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, dos termos da decisão a

MLNQ/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº1006/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

ser exarada.

**9.4. Arquivar** os presentes autos, após cumprimento da determinação do item acima, conforme disposto no art. 162 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

**10- Ata:** 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 30 de junho de 2022.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA em 11/07/2022.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 63FAC802-2D4929BB-564F6CDF-17B983D2